

Simon Nshusha: Morte de um herói complexo

Por Paulo Israel*

Morreu no dia 21 de Maio, na nortenha aldeia de Matambalale, Muidumbe, Simon Nshusha, o último sobrevivente entre os protagonistas do evento a que se tem chamado o Massacre de Mueda. Nshusha fazia parte do grupo de sete pessoas que no dia 27 de Abril de 1960 foi bater à porta da Administração colonial de Mueda – e para pedir exactamente o quê?

Segundo o próprio testemunho de Simon, que foi entrevistado por vários pesquisadores, incluindo o autor destas linhas, o objectivo da visita teria sido o de “exigir o país”, *kudai Shilambo* (em Shimakonde, nas suas palavras). O grupo de sete teria sido enviado por Faustino Vanomba para testar o terreno com o Administrador e vender cartões da Associação dirigida pelo próprio Vanomba – não a MANU, como se conta em muitos livros, mas sim a Sociedade dos Africanos de Moçambique (SAM). O Nshusha teria pedido ao administrador a independência de Moçambique, o que levou à prisão do grupo. Embora o testemunho do Nshusha reflecta a percepção individual dos objectivos recônditos da SAM, a verdade histórica é mais complexa e interessante.

A história dos eventos que levaram ao massacre de Mueda começa em Março de 1959, com uma carta escrita pelo próprio Faustino Vanomba ao Cônsul de Portugal em Dar Es Salaam, Caetano Martins. Nesta carta, Vanomba suplicava ao Governo Português que facilite o retorno dos emigrantes Makonde no Tanganyika para a então Circunscrição dos Macondes. A justificação do pedido era que a vida em Tanganyika era cara e dura e que os migrantes queriam regressar às suas terras, fundar uma associação para cuidar dos seus interesses e estabelecer uma hospedaria para acolher os retornados. “Este é o contra-veneno que precisamos,” escreveu o Vanomba. A carta foi encaminhada para as autoridades competentes e lida com suspeita, como um documento influenciado pelas ideias do nacionalismo Africano.

Quase um ano mais tarde, a 6 de Fevereiro de 1960, o Faustino Vanomba atravessou a fronteira entre Tanganyika e Moçambique com uma guia de marcha fornecida pelo cônsul Martins, rumo a Mueda, para apresentar os objectivos da sua associação ao Administrador dos Macondes, Garcia Soares. Segundo a rica documentação colonial, nunca o Vanomba falou de independência no encontro que teve com a Administração no dia 9 de Fevereiro. Ele apenas explicou os objectivos da associação por ele dirigida, estabelecida em Dar Es Salaam e Tanga, e procurou ter uma resposta acerca da questão



do retorno. Ele também explicou que uma outra associação existia em Dar Es Salaam, chamada Tanganyika Mozambique Makonde Union (TMMU). Entretanto, estabeleceu contactos com conhecidos da Missão de Nangololo e organizou uma reunião nocturna na aldeia do seu *njomba* (o tio materno) na povoação de Nandang’a, perto de Matambalale. Nesta reunião ele expos queixas contra o governo colonial; expressou o medo que os Makonde de Tanganyika pudessem vir a ser escravizados pelos Swahili uma vez que estes tomassem o poder; e afirmou que mesmo quando ele fosse preso, outros viriam para continuar o seu trabalho. O governo infiltrou espões e chamou Vanomba para que ele desse conta das suas palavras; o próprio desculpou-se dizendo que as suas intenções nunca teriam sido de crítica. A sua passagem de volta ao Tanganyika foi paga pela própria administração.

Em Dar es Salaam, as novas da visita de Vanomba causaram consternação na TMMU, associação da qual o Vanomba tinha sido expulso por se ter apropriado de fundos. O que é que Vanomba tinha ido fazer aos Makonde? Para responder à iniciativa da SAM, a TMMU procurou mudar o seu nome para MANU, Mozambique African National Union. A tentativa foi escangalhada pelo Cônsul, que infiltrou um grupo de Makon-

de fieis na reunião em que se ia decidir sobre a mudança, para votar contra. Na reunião, os oradores favoráveis à mudança falaram abertamente de independência, com referencia a Patrice Lumumba, o que demonstra que a TMMU tinha consciência nacionalista antes da criação da MANU.

Em seguida, a TMMU enviou o seu chefe a Mueda para procurar saber o que o Faustino Vanomba tinha falado com o governo. Tiago Mulla bateu à porta da Administração a 17 de Março de 1960. Tiago era carpinteiro e catequista da Missão de Imbuo, homem forte e com bigodes e penteado que recordava aos funcionários coloniais “o tipo de agitador negro” publicitado na imprensa. Contrariamente ao Vanomba, o Tiago falou de forma aberta e direita. Ele disse que vinha tratar de múltiplas queixas contra o governo colonial; que os membros da TMMU eram todos filiados na TANU de Julius Nyerere, e que esperavam que uma vez que este subisse o poder, “tomasse conta” da Província de Cabo Delgado até o rio Lúrio, anexando-a ao Tanganyika. Os membros da TMMU queriam então regressar à Mueda para depois ficar a governar a Província sob as ordens do Nyerere. O Administrador deixou Tiago livre de passear para estudar o seu comportamento. Tiago falou com atitude de grande chefe com enfermeiros e trabalhadores,

dando ordens e tomando notas. O povo, que lhe chamava *Nungu wambili*, o Pequeno Deus, dizia que ele ia acabar com punições corporais e o trabalho forçado, e que os brancos iam cultivar a terra para os negros. Depois de alguns dias, o Administrador mandou-o prender e enviou-o para Porto Amélia para ser interrogado. Tiago aceitou o seu destino com firmeza e resignação.

Nas primeiras fases das iniciativas das duas associações rivais que pretendiam se estabelecer em Mueda e patrocinar o retorno dos Makonde, o Governo colonial tinha dúvidas sobre as suas intenções. O projecto de anexação de Cabo Delgado a Tanganyika, que teria sido discutido em 1958 na *All African People Conference* em Accrá, era de conhecimento das autoridades. A TMMU era considerada uma organização abertamente nacionalista. Mas o que se deveria pensar da SAM? O Cônsul de Portugal considerava o Vanomba e o seu colega Kibiriti como sujeitos fieis por lhe fornecerem informações sobre os rivais da TMMU. Depois da visita do Tiago, contudo, as dúvidas aumentaram; a situação precipitou-se com a vinda do grupo dos sete chefiado pelo Nshusha.

Simon Nshusha nasceu e cresceu numa povoação perto da aldeia de Matambalale e estudou na Missão de Nangololo, onde aprendeu a ler e escrever. Ele ficou cedo conhecido pela sua personalidade irascível. Em 1959 embrulhou-se com cipaios por ter ido libertar alguns dos seus irmãos que haviam sido batidos com palmatória. Para evitar o trabalho forçado, Nshusha fugiu para Tanganyika onde encontrou o Faustino Vanomba, logo integrando a sua associação em que desempenhava a função de escrivão. Segundo o seu testemunho, Nshusha influenciou o Vanomba a mudar o nome da associação de “Partido dos Makonde” para “Sociedade dos Africanos de Moçambique”. O objectivo deveria ser a independência do país, não apenas dos Makonde. O Vanomba escolheu o Simon para liderar o grupo dos sete por causa do seu temperamento irascível, pois, sob cobertura das suas declarações mansas, ele desejava chegar a uma confrontação com o governo colonial. Um familiar tinha-lhe dito: “Aqui em Moçambique somos prisioneiros, como fechados num barril. É preciso alguém vir de fora e tirar a tampa. Sozinhos não vamos conseguir.” O Vanomba pensou na associação e no pedido do retorno como um estratagemas para chegar a um choque que ia abrir o barril.

O grupo de sete, composto por Simon Nshusha, Modesta Neva, Lazima Dalama, Simon Shambumba, Mariano Tumyanetu,

Cosme Paulo e Titico Fundi apresentou-se na Administração de Mueda logo na sua chegada. O Nshusha trazia consigo cartões da SAM destinados à venda. Estes eram os objectivos da SAM, assim como vinham escritos nos cartões: A sociedade [sic] dos Africanos de Moçambique

Auxiliar todos os pobres que residem em todo o país de Moçambique. Cegos, Surdos, Mudos, paralíticos, os leprosos, etc. Dando-lhes esmola.

Os leprosos ficarão ausentes das outras pessoas.


A Sociedade preocupar-se-á dando a todos os pobrezitos de comer, beber e a esmola de alguns centavos e todos ficarão satisfeitos pelas boas de misericórdia que por elas fará.

O dinheiro da Sociedade será economizado pelos Ministros da sociedade.

Para se inscrever na sociedade cada um deve dar cinco escudos e o pagamento mensal de cada um destes será também cinco escudos. Esta sociedade alargar-se-á em todo o país de Moçambique e o centro principal será na Administração de Mueda.

Tanto como Vanomba, Simon e o seu grupo apresentaram-se ao Administrador de forma humilde e respeitosa; mas o governo colonial já tinha sido alertado da ousadia do Tiago. Na noite do 27, o Simon e a Modesta protagonizaram uma reunião nocturna na povoação de Muanga, em que disseram que a terra era deles e que os Portugueses deveriam ir embora logo. Eles sabiam que o Tiago tinha sido preso, e que eles seriam presos também; mas não tinham medo, porque outros viriam tomar o seu lugar. No dia seguinte, o proprietário da loja Casa China em Mueda, Sulemane Juma, reportou à Administração que o povo murmurava que os sete tinham vindo exigir a Independência e que o Administrador iria fugir rumo a Mocimboa.

Nos dias seguintes, os sete foram chamados mais uma vez para a Administração para dar conta das palavras pronunciadas na reunião nocturna. Aqui os relatos do Nshusha e a documentação colonial diferem marcadamente. Segundo o Nshusha, este deixou-se tomar pela raiva e pediu a Independência de forma aberta. Na documentação colonial, os sete negaram o que tinham dito na reunião nocturna, mantendo “declarações bem estudadas”. Seja como for, o Administrador mandou prendê-los; aos seis homens foram dadas 25 palmatórias, a Modesta, 15. Daí foram enviados para Porto Amélia, interrogados, e transferidos para o Ibo e depois para a prisão da Machava. A captura do grupo do sete teve grande publicidade nos jornais da TANU



em Tanganyika, que reportaram que eles tinham sido presos por pedirem a Independência do seu país, e deploraram a brutalidade e o atraso dos Portugueses.

A visita do grupo dos sete finalmente alertou o governo colonial sobre as verdadeiras intenções da SAM. A 14 de Maio, o Governador emitiu uma ordem de captura para o Vanomba, a ser executada logo que este entrasse no território. Esta ordem não foi cumprida pelo Administrador Garcia Soares quando o Vanomba e o Kibiriti se apresentaram em Mueda no dia

13 de Junho de 1960: por cobardeia, pois eles vinham acompanhados por uma multidão de jovens Makonde belicosos. Mas esta é outra história, para se contar outro dia.

Pois este é o dia para chorar o Simon Nshusha. Mesmo quando é contada de forma mais complicada (e baseada no cruzamento entre fontes orais e documentos coloniais), a história deste homem permanece admirável. Ele fez parte de um grupo de migrantes visionários que, influenciados pelas figuras do Nyerere e do Lumumba,

conceberam o sonho da Independência e confrontaram o governo colonial com um estratagema: o pedido do retorno dos Makonde baseados em Tanganyika para as suas terras. Sem este esquema, a manifestação que levou ao massacre de Mueda de 16 de Junho 1960 nunca teria tido lugar, pois nunca o Administrador poderia entreter “indígenas” que pedissem abertamente a Independência. A criação da humilde Sociedade dos Africanos de Moçambique e o pedido do retorno conseguiram destampar o barril. Esta é uma

história menos bombástica do que aquela que vem nos livros oficiais, mas não menos heroica.

Na última entrevista que eu tive com o Simon Nshusha, em Dezembro de 2017, eu mostrei-lhe a documentação colonial que contava o evento mais marcante da sua própria vida. Ele reconheceu os códigos secretos na altura usados para comunicar, e os nomes dos informadores do governo colonial: “Os conhecíamos!” Quando ouviu o relatório das reuniões nocturnas dirigidas pelo Vanomba e ele próprio, exclamou: “Estas mesmas

eram as nossas palavras de ordem!” Depois acrescentou, quase para se corrigir: “Mas nós queríamos a Independência.” As duas afirmações não são contraditórias: uma representa a verdade literal e a outra a verdade metafórica, do pedido que o Simon Nshusha, chefe do grupo de sete, colocou ao Administrador de Mueda no longínquo Abril de 1960.

**Professor associado e director do Departamento de História na Universidade do Cabo Ocidental, África do Sul.*

“Volto porque esta é a minha terra”: Sessenta anos do 16 de Junho

Por Paolo Israel*

Temos contado, por ocasião da morte de Simon Nshusha, algo sobre as origens do evento a que se tem chamado Massacre de Mueda. Contamos acerca de duas associações rivais — a Tanganyika Mozambique Makonde Union (TMMU) e a Sociedade dos Africanos de Moçambique (SAM) — terem enviado os seus delegados à Administração de Mueda, aparentemente para negociar o retorno dos migrantes Makonde do Tanganyika, mas concretamente para promover a causa da Independência. Primeiro veio Faustino Vanomba, secretário da SAM, a 6 de Fevereiro de 1960. Depois foi a vez de Tiago Mula Mulombe, presidente da TMMU, no dia 17 de Março; este foi preso por ter falado abertamente da possibilidade que Julius Nyerere anexasse Cabo Delgado uma vez que tomasse o poder no Tanganyika. Por fim chegou, o Grupo dos Sete no dia 27 de Abril, chefiado pelo Simon Nshusha, que pediu autorização para vender cartões da SAM, mas fez também uma reunião noturna em que se falou de Independência. Mencionámos também como a ideia de rogar pelo retorno maciço dos emigrantes Makonde foi inspirada ao Faustino Vanomba pelo pedido, posto por um familiar, de “destampar o barril” em que os moçambicanos eram fechados.

No dia 10 de Junho, o Faustino Vanomba e o Kibiriti (alcunha que quer dizer “fósforo”) Waduvani saíram de barco de Lindi rumo a Moçambique, com grande publicidade da imprensa da TANU. Um artigo dizia que seria “o seu dever pedir o que os nativos de Moçambique querem: a Independência”. O Vanomba atravessou a fronteira desobedecendo as ordens do Cônsul Português de Dar Es Salaam, do qual era informador; segundo a ordem emitida em 14 de Maio pelo Governador, ele deveria ser preso logo à sua chegada no território. O Kibiriti, pelo contrário, vinha com um guia de marcha fornecido pelo Cônsul.

Os dois chegaram a Mueda no dia 13 de Junho e apresentaram-se na Administração acompanhados por uma multidão de jovens Makonde — mais de 300 — “em estado de manifesta excitação”. O Administrador de Mueda, Garcia Soares, ficou apavorado e não conseguiu prender o Vanomba, tal como teria sido incumbido. Durante duas horas ele entreteve os cabecilhas da multidão, que queriam notícias do Grupo dos Sete e do Clemente Nandang’a, familiar do Vanomba, que também tinha sido preso. No fim do que ele julgou ser “as duas horas mais difíceis da minha carreira administrativa”, Garcia Soares conseguiu dispersar a multidão.

No dia 14 de Junho, o Faustino e o Kibiriti voltaram à Administração, desta vez acompanhados por mais de 1000 Makonde, atemorizando ainda mais o Administrador, que chegou a prometer que as queixas e pedidos da população serão respondidos numa grande *banja* (reunião) pública no dia 16 de Junho pelo próprio Governador. Nessa tarde, o Garcia Soares escreveu um telegrama para o seu superior, a dizer que pela primeira vez a sua Administração tinha “perdido o controlo dos acontecimentos.” O Chefe de Posto Frias comentou que “o Senhor Administrador ficou amedrontado, [...] como mas tarde os próprios Macondes fizeram espalhar entre si. Faltou àquele Excelentíssimo Senhor a firmeza e serenidade necessária para levar a efeito a prisão do Faustino e Quebrite.” Assim, com uma mistura de astúcia e intimidação, a administração Portuguesa foi forçada a dar uma reunião pública que nunca de outra forma teria concedido.

Novas e boatos sobre a reunião do dia 16 se espalharam nas povoações de Mueda. O povo era bem consciente dos “ventos da mudança” que sopravam em toda a África, e começou a sonhar o impossível: que no dia 16 a Independência seria concedida. Na noite do dia 15, Vanomba e Kibiriti organizaram uma outra reunião em que falaram de Independência. Kibiriti prometeu que a bengala que ele levava, conhecida localmente com a alcunha de *Uhuru*, lhe daria invulnerabilidade às balas. Uma grande marcha foi organizada a partir da povoação de Nandang’a, em Matambalale. O povo vinha entoando canções que revelam o seu estado de ânimo. Uma dizia: “O primeiro que mexe [nalguma coisa] é o dono” (referindo a terra). Uma outra: “Que morra o branco de Mueda, e o Nyerere reine. O milhafre voa como um avião.” E mais outra: “Nos anuncie algo de bom hoje.” Muitos vinham cantando uma música de guerra: “Os Vanamashemba, empurram, destroem, *pojooo!*”

O próprio Vanomba, porém, não partilhava estas esperanças. Ele confiou ao jovem que o conduzia de bicicleta, Enrique Paulo Cosme de Matambalale (um amigo do Nshusha, que faleceu há dois anos de doença): “Hoje as coisas não vão correr bem. Eu não voltarei a casa.” E depois repetiu as mesmas palavras que tinha falado na sua reunião noturna de Fevereiro: “Outros virão para dar seguimento ao meu trabalho.”

O Vanomba tinha na sua pasta uma dúzia de cartas que lhe tinham sido enviadas ou entregues por familiares e colegas da missão de Nangololo. Uma lhe rogava para não falar directamente como o Tiago, para

“não estragar o assunto.” Outra lhe contava que a Modesta Neva, adjunta do Nshusha, sofria na prisão, onde os cipaios queriam violá-la. Uma mensagem cifrada denunciava os régulos que eram contrários à TANU. O Kibiriti levava um papelinho em que tinha anotado os seis pontos que pretendia falar com o administrador: (1) Receber licença para a SAM; (2) A prisão do Grupo dos Sete; (3) Os sofrimentos do povo; (4) Os maus preços aplicados pelos Indianos; (5) Recusamos que o China [gerente da homónima loja] mande o Governo; (6) Não queremos ser presos para trabalho forçado para Mpanga [plantação de sisal perto de Mocimboa da Praia].

Entretanto a Administração recebeu informações assustadoras vindo da loja da povoação comercial de Muatidi, que pertencia a Omar Camissa. Vanomba e Kibiriti visitariam a loja juntamente com um grupo de 60 pessoas; o Faustino diria que os negociantes “exploravam o suor dos Macondes”; o Kibiriti intimaria ao atendente que não estivesse do lado do patrão, pois “os europeus não sabiam o que lhes ia acontecer dentro de pouco tempo.” As declarações dos empregados serviram de base para a redacção de uma ordem de captura contra o Kibiriti. (É de salientar que este local histórico ficou destruído durante os ataques de “Al-Shababs” ao distrito de Muikumbe em Abril deste ano).

No mesmo dia 15 de Junho, sem saber o que se passava em Mueda, Ivens Ferraz de Freitas, Director do Centro de Informações que vinha monitorando a situação, encontrava-se em Dar Es Salaam para falar com o Cônsul. Ferraz de Freitas deu-se conta que o Vanomba e o Kibiriti tinham ludibriado o Cônsul, prestando-lhes apenas “as informações que lhe convinha” para obter a sua confiança, e “a sobra desta confiança, iam manejando as actividades da sua associação à vontade.” Os objectivos das duas associações, a SAM e a TMMU, teriam sido “idênticos”.

Na manhã do dia 16 de Junho, o Administrador foi encontrar o Governador do Distrito de Cabo Delgado, Carlos Teixeira da Silva, ao pé do rio Muirite, em Montepuez. Este garantiu-lhe que, uma vez vestida a seu uniforme e condecorações, ele iria apaziguar os Makondes tanto como tinha feito na ilha de Madeira. Entretanto, dois jipes carregando um pelotão de soldados armados de metralhadoras foram enviadas rumo a Mueda; os seminaristas as viram passar pela missão de Mariri.

Ao meio-dia, uma multidão de mais de cinco mil pessoas havia-se reunido à frente da Administração de Mueda. Ninguém cumprimen-

tou o carro que trazia o Administrador e o Governador. A população Europeia estava aterrorizada; o China tinha a sua pistola carregada. O Governador deu disposições para os cipaios abrirem fogo quando o intendente Godinho disparasse um tiro.

Muito tem-se dito e escrito sobre os acontecimentos que tiveram lugar fora do edifício da Administração: de como o povo recusou saudar a bandeira Portuguesa; de como o Governador chamou o Kibiriti e o Vanomba para falar; da chuva que caiu, surpreendente no tempo seco; do discurso cheio de arrogância do próprio Governador, que prometeu a baixa dos preços de compra dos produtos agrícola e outras pequenas melhorias das condições de vida; de como o povo, iludido e levantando cartazes com o lema da TANU, *Uhuru na Kazi*, exclamou: “Não viemos por isto! Queremos a independência!”; do povo que ficou zangado com o anúncio da prisão de Kibiriti e Vanomba, segurando o jipe que deveria levá-los para Porto Amélia; e de como o velho Kanjugwili tentou esfaquear o Governador e foi morto por um tiro na cabeça pelo Godinho, desencadeando a reacção violenta dos cipaios e a vinda do pelotão com as metralhadoras. Não vou repetir aqui estes eventos conhecidos. A questão histórica mais delicada é outra. O que foi discutido dentro da Administração? O que pediram ao Governador o Vanomba e o Kibiriti?

A representação bombástica dos dois líderes a exigir a Independência, veiculada pelo teatro popular que foi filmado em *Mueda, Massacre e Memória*, é obviamente falsa. Os quatro relatórios oficiais Portugueses, escritos após o evento principalmente para justificar frente ao Ministério do Ultramar um fracasso administrativo, apenas mencionam que os dois tiveram declarações bem estudadas e que não se traíram. A rendição mais convincente da conversa vem de uma entrevista concedida pelo próprio Vanomba ao Marcos Mandumbwe em 1986, ainda desterrado em Inhambane, cuja transcrição encontra-se em exemplar único em estado de desgaste num pequeno arquivo de Maputo:

– Kibiriti, você estava na Tanzânia, porque vieste para Moçambique?
– Eu voltei; aqui é a minha Terra.
– Muitos voltam. Veja lá fora muita gente com papéis escritos *Uhuru*. Você conhece *Uhuru*?
– *Uhuru* significa liberdade, independência.
– Então queres que o governo lhe dê hoje a Independência?
– Se é para me dar hoje Independência, é bom perguntar à mesma população.

As mesmas perguntas foram feitas ao Faustino, que respondeu da mesma forma:

– Não lhe dissemos que não devias voltar mais para cá?
– Sim, disseram-me, vocês mandaram-me embora, em quanto eu tenho a minha terra.
– E aquela multidão o que procura?
– Vocês vão perguntar à multidão; ela dirá o que quer.

Este diálogo dá a ver duas coisas. Em primeiro lugar, que o pedido do retorno à terra tinha um conteúdo simbólico directamente ligado à Independência. “Eu retorno porque esta é a minha terra,” falaram os dois. Tratava-se do estratagem do Vanomba para “destampar o barril” em que os seus irmãos se encontravam trancados. Em segundo lugar, vê-se como o Vanomba e o Kibiriti usaram a força do povo, cujas imaginações eram incendiadas pelos ideais de *Uhuru*, para pressionar o governo colonial. Da mesma forma, nos interrogatórios tidos em Lourenço Marques depois da sua prisão, os dois repetiram que tudo tinha acontecido pela vontade do povo, que lhe tinha pressionado a fazer o que fizeram.

Falta agora responder à pergunta mais delicada. Quantos morreram pelo fogo dos cipaios e das metralhadoras Portuguesas? Ai de mim! Apenas vou referir o que os outros disseram. Nos relatórios oficiais, fala-se de 7 mortos, depois diminuídos para 3. É um número obviamente inatendível. Um testemunha ocular Makonde falou de 16. Uma carta escrita pelo Simon Matola, amigo do Vanomba e trabalhador da missão de Nangololo, fala de 36 mortos no terreno e mais feridos. Um inquirido do cônsul da Bélgica estimou acerca de 80 mortos. Uma carta escrita por um Makonde à sua família fala de 100. O Paulo Cosme, o mesmo que tinha conduzido o Vanomba na sua bicicleta, e que escondeu-se por baixo do jipe depois do tiroteio e foi obrigado a sepultar os tombados, falou de umas dúzias no terreno e muitos mais feridos.

Donde surge então o mito dos quinhentos ou seiscentos? Não foi aliás uma invenção do camarada Alberto Chipande. Logo no dia 17, novas do massacre (pois mesmo 36 ou 80 mortos constituem um massacre) chegaram em Lindi, onde foi lida uma carta trazida de Mueda, que falava de quinhentos mortos por pedirem a Independência. As revistas da TANU retomaram a notícia, diminuindo os mortos para 100. A carta perdeu-se, e o seu autor permanece desconhecido.

*Professor associado e director do Departamento de História na Universidade do Cabo Ocidental, África do Sul.